



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026-SEGUP/PA

Promotor: Estado do Pará Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social SEGUP/Pa	
CNPJ nº. 05.054.952/0001-01	
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência – Anexo I do Edital.	
Método de disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
Critério de julgamento: Menor preço do lote	
Entrega	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	Conforme previsto no Termo de Referência.
Local	Conforme previsto no Termo de Referência.
Valor total mensal estimado: R\$ 49.672,65 (Quarenta e nove mil e seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).	
Período	12 meses
Pagamento	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	
Abertura da sessão pública	
Data: 23/06/2026	
Hora: 10:00h.	
Local: www.gov.br/compras (UASG: 925801)	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

PROMOTOR DO PREGÃO

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - Segup/Pa**, CNPJ nº. 05.054.952/0001-01, com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271, Bairro: Marco, Belém/Pa, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, **RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**, designado pelo Decreto Estadual do dia 09/01/2026, publicado no D.O.E Nº 36.494, de 12/01/2026.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06 e Portaria nº 005/2026-GAB/SEGUP que designa os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência – Anexo I do Edital, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitario Estimado	Valor Total Estimado Mensal	Valor Total Estimado Anual
Lote 1						
01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.	Und.	35	223,33	R\$ 7.816,55	R\$ 93.798,60
02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.	Und	90	221,67	R\$ 19.950,30	R\$ 239.403,60
03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.	Und	20	223,33	R\$ 4.466,60	R\$ 53.599,20
04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.	Und	20	281,46	R\$ 5.629,20	R\$ 67.550,40
05	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 30.000 btus.	Und	10	281,00	R\$ 2.810,00	R\$ 33.720,00
06	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 36.000 btus.	Und	10	300,00	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 48.000 btus.	Und	10	300,00	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
08	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 60.000 btus.	Und	10	300,00	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
Valor total estimado					R\$ 49.672,65	R\$ 596.071,80

3.2 O objeto a ser licitado está descrito detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.

3.3. A licitação observará o seguinte: **Um lote com 8 (oito) itens**, conforme tabela do item 3.2 deste edital.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

Coordenadoria do Núcleo de Licitação
 Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-410 - Belém - Pará
 E-mail: segupcpl@gmail.com

3



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica..

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;
- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação

5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

6.1.1. Os preços serão registrados pelo seu menor preço do item; consignando o valor unitário e total e a descrição do produto, sem dízimas, o qual deseja enviar proposta, preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico;

- a. valor do item.
- b. marca.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

c. descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do lote**.

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14. O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

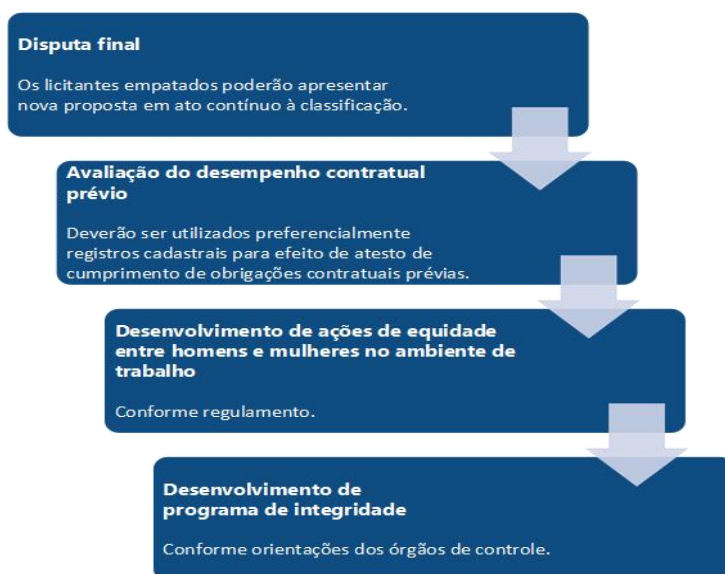
7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

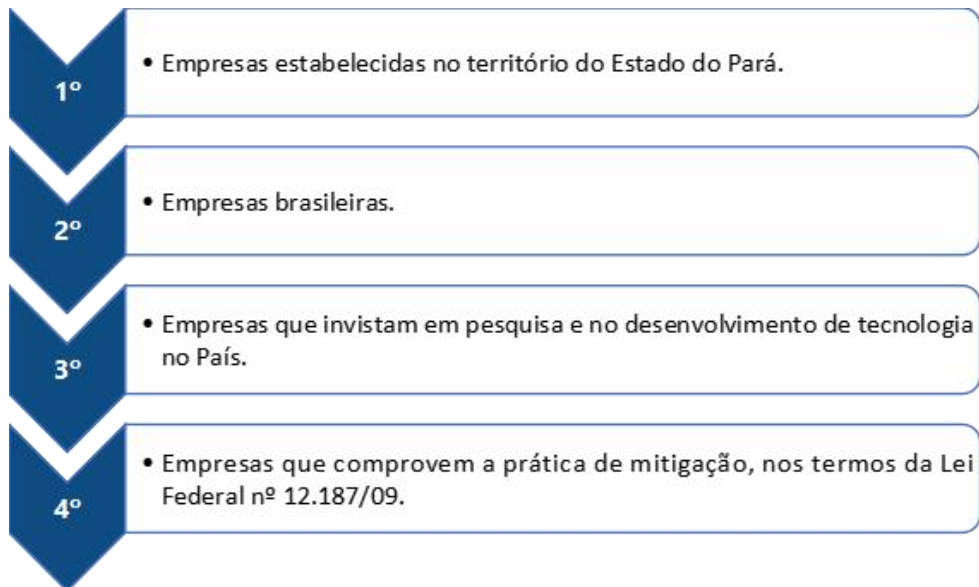
7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:





Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.26 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.27 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.29 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.30 PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos de habilitação, exigidos neste Edital.

7.31 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.32 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d. Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

8.13 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.17 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11.2 Serão assegurados aos licitados vista aos documentos do subitem anterior.

9.12 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#)

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Habilitação jurídica

9.20 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.21 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.22 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Mi-croempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.23 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.24 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.25 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.26 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.27 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.28 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.29 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.30 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.31 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.32 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.33 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.34 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.35 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.36 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Qualificação Econômico-Financeira

9.37 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.38 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.39 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.39.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.39.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.39.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.39.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.40 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.41 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.42 Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

9.43 Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência**,

Coordenadoria do Núcleo de Licitação
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-410 - Belém - Pará
E-mail: segupcpl@gmail.com

19



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Deixar de apresentar amostra; 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p align="center">Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p align="center"><i>e</i></p> <p align="center">Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p>	<p align="center">Multa</p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p align="center"><i>e</i></p> <p align="center">Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 1. Agir em conluio ou contra a lei;
 - 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a.** O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail: segupcpl@gmail.com

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec. Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Dos Recursos Orçamentários

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo:

21.101.06.122.1297.8338 - Operacionalização das Ações Administrativas

06.181.1510.8993 - Gerenciamento do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS

Natureza: 339039

Fonte: 01500000001



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 15**Do Reajuste dos Preços**

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA 16**Disposições finais**

16.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

16.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 03 de junho de 2026.

RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa - SEGUP/Pa



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

PAE nº 2026/2346380

O QUE SERÁ CONTRATADO?							
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência.							
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
LOTE ÚNICO							
01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.	24338-8	Und	35	225,60	7.896,00	94.752,00
02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.	24338-8	Und	90	225,60	20.304,00	243.648,00
03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.	24336-1	Und	20	225,60	4.512,00	54.144,00
04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.	24336-1	Und	20	288,00	5.760,00	69.120,00
05	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 30.000 btus.	24336-1	Und	10	288,00	2.880,00	34.560,00
06	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 36.000 btus.	24336-1	Und	10	300,00	3.000,00	36.000,00
07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 48.000 btus.	24337-0	Und	10	300,00	3.000,00	36.000,00
08	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 60.000 btus.	24337-0	Und	10	300,00	3.000,00	36.000,00
VALOR TOTAL MÊS					R\$ 50.352,00		
VALOR TOTAL ANO					R\$ 604.224,00		

Coordenadoria do Núcleo de Licitação
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-410 - Belém - Pará
E-mail: segupcpl@gmail.com

28



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



JUSTIFICATIVA LOTE ÚNICO	
<p>A justificativa para a adoção de lote único na licitação para manutenção de centrais de ar condicionado fundamenta-se na necessidade de padronização técnica, onde se estabelece apenas uma empresa responsável para a manutenção de todo o maquinário; compatibilidade de peças, uma vez em que a manutenção preventiva e corretiva exige peças de reposição compatíveis e garantia conjunta com a mão de obra responsável pela troca das mesmas; e eficiência operacional, uma vez em que a manutenção realizada por uma mesma empresa assegura maior vida útil aos aparelhos.</p> <p>Outro ponto a se destacar é a economia de escala, já que a licitação por lote único geralmente resulta em preços menores, uma vez em que a empresa contratada tem custos operacionais reduzidos.</p>	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	Prevenir e/ou corrigir defeitos que porventura possam ocorrer nos equipamentos de ar condicionado, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.
NATUREZA DO SERVIÇO	
<input checked="" type="checkbox"/> Comum. <input type="checkbox"/> Especial	
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM	
HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Os serviços executados deverão ter um prazo de garantia mínima de 90 (noventa) dias. <input type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input type="checkbox"/> Maior Desconto.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<p>Apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado/Dedaração de Capacidade Técnica, fomedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa tenha desempenhado atividade em pelo menos 30% do quantitativo pertinente e compatível com as características dos serviços.</p> <p>Comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;</p> <p>Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços que compõem o objeto deste Termo de Referência;</p> <p>Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA, de profissional pertencente ao quadro permanente da empresa na data prevista para a entrega da proposta. O referido profissional deverá ter acervo técnico registrado com Anotações de Responsabilidades Técnicas (ART), por execução de serviços de características técnicas semelhantes as do objeto deste Termo de Referência;</p> <p>Considerando a obrigatoriedade do Plano de Manutenção, Operação e Controle, deverão ser apresentados documentos comprobatórios de corpo técnico habilitado (engenheiro mecânico, tecnólogo ou técnico em mecânica, com CREA/CFT ativo) para a elaboração e execução do PMOC, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 13.589/2018;</p> <p>A comprovação do vínculo empregatício do profissional com a empresa poderá ser efetuado por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho ou pela Certidão de Registro da empresa no CREA, se nela constar o nome do profissional;</p> <p>Caso haja substituição do técnico, o substituto deverá possuir capacitação igual ou superior à do substituído;</p> <p>Declaração de que a possui ou instalará escritório no município de Belém ou</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



	Região Metropolitana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato. Deverão ser apresentadas também as Certificações Obrigatórias NR-35 (trabalho em altura) e NR-10 (Segurança em Instalações Elétricas)
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Sofrer penalidades por prestação inadequada do Contrato. <input type="checkbox"/> Não.
FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
COMO SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS?	A execução dos serviços será iniciada no primeiro dia subsequente à assinatura do contrato; A inserção formal da CONTRATADA se dará por meio de reunião entre o representante da CONTRATADA e da CONTRATANTE, 05 (cinco) dias antes da assinatura do contrato. O representante da CONTRATANTE será o responsável por marcar a reunião; Serviços de Manutenção Preventiva: A manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento; Os serviços de manutenção dos equipamentos compreendem a higienização completa do aparelho, incluindo: Manutenção mecânica, elétrica e eletrônica de todas as peças e componentes inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos; Limpeza dos aparelhos com a retirada e lavagem das tampas e filtros de ar; Limpeza do evaporador e do condensador através de escovação e retirada da sujeira; Teste dos comandos elétricos, com ajuste e regulagem se necessário; Regulagem e ajuste mecânico de todos os componentes; Retirada de vazamentos; Substituição, quando necessário, das espumas de vedação; Retirada de vibrações e barulhos; Conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento ótimo dos equipamentos; Manutenção dos dutos e de todo o sistema de drenagem da água de condensação; Medição e registro da tensão, da corrente e da temperatura de insuflamento; Efetuar, semestralmente, a retirada de cada um dos aparelhos para limpeza geral, através de lavagem com água e aplicação de produtos químicos para retirada de sujeira, desinfecção e aplicação de produtos anti-ferrugem; A manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente, de segunda a sexta-feira, em até 05 (cinco) dias consecutivos contados da abertura do chamado formalizado por e-mail ou contato telefônico; Semestralmente, deverão ser feitos os seguintes serviços; Retirar o aparelho de ar condicionado da sua caixa e fazer a higienização completa do mesmo, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o transporte do aparelho até o local do serviço e a sua recolocação no lugar de origem; Efetuar a limpeza e lubrificação das buchas do motor-ventilador; Verificar a



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



	<p>ocorrência de focos de ferrugem, e se afirmativo retirá-los e retocar a pintura. Além dos serviços acima, caberá à CONTRATADA a execução de outras ações recomendadas pela boa técnica, e pelos fabricantes dos produtos e equipamentos, de forma a atender à satisfatória manutenção. Serviços de Manutenção Corretiva, com fornecimento de peças: Manutenção que consiste em consertar ou reparar aparelhos de ar condicionado que não estejam em pleno funcionamento, incluindo neste serviço a substituição de peças/componentes que sofreram falhas ou desgastes. É o conjunto de serviços executados nos equipamentos que apresentam defeito em seu funcionamento, devendo estes reparos ser executados em caráter emergencial; A manutenção corretiva consistirá no atendimento às solicitações do CONTRATANTE, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que algum aparelho de ar condicionado a apresentar algum tipo de defeito ou parar de funcionar, inclusive quando for detectada durante a manutenção preventiva a necessidade de recuperação ou substituição de peças com avarias, que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos mesmos constatada qualquer deficiência, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA para que essa realize o devido reparo: O prazo para atendimento do chamado iniciará a partir de sua abertura, que será formalizado por e-mail ou contato telefônico; A CONTRATADA deverá prestar os serviços em até 02(duas) horas da abertura do chamado, a impossibilidade no atendimento desse prazo deverá ser comunicada à CONTRATANTE por escrito, contendo a disposição de motivos; Quando o defeito for constatado pela CONTRATADA, esta deverá iniciar o reparo tão logo o defeito seja detectado, comunicando de imediato o problema à CONTRATANTE, por e-mail ou contato telefônico, devendo realizar a manutenção corretiva de modo a reparar o equipamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Caso os serviços de manutenção não possam ser executados nas dependências da CONTRATANTE, o procedimento de retirada será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive o ônus de transporte dos equipamentos para reparo em outro centro, e somente será efetuado após a assinatura do respectivo termo de responsabilidade, emitido pelo CONTRATANTE; Todas as solicitações de manutenção corretiva deverão ser rigorosamente atendidas; A CONTRATADA deverá emitir relatórios técnicos do serviço executado, atestado por profissional técnico qualificado e capacitado com formação em engenharia mecânica, técnico em refrigeração ou técnico em instalações e manutenção de ar condicionado. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de toda e qualquer peça/componente cuja sua substituição se faça necessária para o perfeito funcionamento dos equipamentos; Quando for necessária a substituição de peças ou componentes, a CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE com uma listagem das peças ou componentes necessários; Caso seja necessária a troca de peças que não constam na relação de material de</p>
--	---



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



consumo e peças deste Termo de Referência, a CONTRADA deverá encaminhar 03 (três) orçamentos prévios com o valor da peça, a CONTRATANTE poderá recusar o orçamento caso não esteja de acordo com o valor de mercado; Todas as peças substituídas deverão ser apresentadas e entregues ao fiscal de contrato; A CONTRATADA deverá apresentar orçamento prévio das peças a serem substituídas para a aprovação da fiscalização do CONTRATANTE; Nenhuma peça ou produto constante do presente Termo de Referência poderá ser manufaturado, recondicionado, reciclado ou de segunda mão; Todo o material deverá ser novo, de primeira linha, produzido por empresa especializada e legalmente estabelecida, e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica. O prazo de garantia das peças e materiais não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Nota Fiscal. A CONTRATADA deverá fornecer todo material de consumo necessário à prestação dos serviços, além de outros necessários à execução, conforme listagem exemplificativa abaixo: Graxas; Estopas; Óleo lubrificante; Produtos químicos de limpeza; Álcool; Solventes; Material contra corrosão e para proteção antiferruginosa; Tintas; Pincéis; Lixas; Panos de limpeza; Oxigênio; Acetileno; Zarcão; Escovas de aço e nylon; Massa de vedação; Material de soldagem; Espuma de vedação; Fita isolante: Fita teflon; Fusíveis; Lâmpada-piloto e Gás refrigerante para reposição. A CONTRATADA deverá fornecer todas as peças a serem utilizadas na manutenção, além de outras necessárias à execução dos serviços, conforme listagem exemplificativa abaixo: Abraçadeiras; Acessório amortecedor de vedação; Bandeja do dreno; Base; Bucha; Cabo de alimentação elétrica; Capacitor de partida; Capacitor do motor; Capacitor do ventilador; Capilar; Chaves contactoras; Conjunto de válvula de alta pressão; Conjunto de válvula de baixa pressão; Conjunto de serpentina; Conjunto display; Controle remoto; Direcionador horizontal inferior; Direcionador horizontal superior; Display; Filtro de ar; Hélice plástica; Hélices; Mangueira do dreno; Motor de direcionamento do ar; Motor do ventilador; Palheta horizontal; Palheta vertical; Placa eletrônica; Placa receptora; Placas de cobre; Presilha para tubulação; Presilhas para cabos elétricos; Protetor térmico; Sensor ambiente; Sensor da serpentina; Serpentina; Serpentina do condensador; Serpentina do evaporador; Suporte da serpentina; Suporte de instalação; Suporte do controle remoto; Suporte do filtro desorizador; Suporte do motor; Suporte do motor do ventilador; Tampa frontal; Tampa lateral esquerda; Tampa plástica de serviço; Transformador; Tubo capilar; Turbina; Turbina do ventilador; Válvula da linha de descarga e Válvula da linha de líquido; Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado

Coordenadoria do Núcleo de Licitação

Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-410 - Belém - Pará

E-mail: segupcpl@gmail.com

33



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



	<p>previamente pelo e-mail: crmsegup@yahoo.com.br, podendo sua realização ser comprovada por atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável do CONTRATANTE: Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local de execução dos serviços, caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com CONTRATANTE.</p>
	<p>Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP: Trav. do Chaco, nº 2271, Marco, Belém</p> <p>Grupamento Aéreo de Segurança Pública – GRAESP: Aeroporto Internacional de Belém, Setor de Hangares Sul, Val de Cans, Belém</p> <p>Grupamento Fluvial – GFLU: Rodovia Arthur Bernardes, nº 1000, Val de Cans, Belém</p> <p>Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP: Rodovia BR 316, km 13, s/n, Marituba</p> <p>Ouvidoria do SIEDS: Trav. Dr. Moraes, nº 565, Ed. Dr. Moraes Center, 4º andar - sala 405, Belém</p> <p>Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC: Travessa 3 de Maio, nº 1953, São Braz, Belém</p>
<p>PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
<p>PRAZO DO CONTRATO</p>	<p>12 (doze) meses</p>
<p>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Nas hipóteses dos Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>FORMA DE PAGAMENTO</p>	<p>Meio Ordem bancária</p> <p>Onde Em conta corrente, preferencialmente, no Banco do Estado do Pará (BANPARÁ)</p> <p>Qual prazo Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p> <p>Prova da regularidade fiscal Apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.</p>
<p>QUAL A GARANTIA DO</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



CONTRATO?	<input checked="" type="checkbox"/> Não. Devido a baixa complexidade da contratação.
REAJUSTE DE PREÇOS	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. O preço do contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. <input type="checkbox"/> Não.

Belém, 13 de maio de 2026.

REGINA MARQUES DO VALE
Gerente de Treinamento e Desenvolvimento
Matrícula Funcional nº 5996406/1



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PAE nº 2026/2346380

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE													
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Prevenir e/ou corrigir defeitos que porventura possam ocorrer nos equipamentos de ar condicionado, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.												
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO													
QUAL O TIPO DE OBJETO?	() Bem. (X) Serviço.												
QUAL A NATUREZA?	(X) Continuada. () Com monopólio. () Não continuada. (X) Sem monopólio.												
QUAL A VIGÊNCIA?	() 30 dias (pronta entrega). () 180 dias. (X) 12 meses. () Indeterminado. () dias. () Outro: () meses. () anos.												
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	(X) Sim. Nas hipóteses dos Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21. () Não. () Não se aplica porque o prazo é indeterminado.												
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	(X) Não.												
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição detalhada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">LOTE ÚNICO</td> </tr> <tr> <td>01</td> <td>Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.</td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.</td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.</td> </tr> <tr> <td>04</td> <td>Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.</td> </tr> </tbody> </table>	Item	Descrição detalhada	LOTE ÚNICO		01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.	02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.	03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.	04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.
	Item	Descrição detalhada											
	LOTE ÚNICO												
	01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.											
	02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.											
03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.												
04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.												



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PAE nº 2026/2346380

	05	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 30.000 btus.
	06	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 36.000 btus.
	07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 48.000 btus.
	08	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 60.000 btus.
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<input type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Audiência pública. <input type="checkbox"/> Outro.	
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	O tipo de solução escolhido pela equipe de contratação, com base no levantamento de contratações similares, é o que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado.	
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO		
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelho de ar condicionado, tipo Split, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.	
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input type="checkbox"/> 12 meses <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PAE nº 2026/2346380

HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	() Sim. (X) Não.			
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	() Sim. (X) Não.			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	(X) Análise de contratações anteriores. () Análise de contratações similares. () Outro. Especificar:			
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	O quantitativo foi estimado conforme demanda dos últimos contratos SEGUP.			
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd
	01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.	Und	35
	02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.	Und	90
	03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.	Und	20
	04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.	Und	20
	05	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 30.000 btus.	Und	10
	06	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 36.000 btus.	Und	10
	07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 48.000 btus.	Und	10
	08	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 60.000 btus.	Und	10
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PAE nº 2026/2346380

MEIOS USADOS NA PESQUISA	() Paineis de preços.		(X) Contratações similares.		
	() Simas.		() Fornecedores.		
	() Internet.		() Outro.		
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
	01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.	35	225,60	7.896,00
	02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.	90	225,60	20.304,00
	03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.	20	225,60	4.512,00
	04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.	20	288,00	5.760,00
	05	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 30.000 btus.	10	288,00	2.880,00
	06	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 36.000 btus.	10	300,00	3.000,00
	07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 48.000 btus.	10	300,00	3.000,00
	08	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 60.000 btus.	10	300,00	3.000,00
	VALOR TOTAL MÊS			R\$ 50.352,00	
VALOR TOTAL ANO			R\$ 604.224,00		



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
PAE nº 2026/2346380

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO	
A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Por quê? <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. </div> <div> <input type="checkbox"/> Perda de escala. <input checked="" type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input type="checkbox"/> Outros </div> </div>
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES	
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO	
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Não há PCA vigente para 2026.
RESULTADOS PRETENDIDOS	
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<div style="display: flex; flex-wrap: wrap;"> <div style="width: 50%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo </div> <div style="width: 50%;"> <input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos </div> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho </div> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos </div> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo </div> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Ganho de Eficiência </div> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Outros </div> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Realização de Política Pública </div> </div>
PROVIDÊNCIAS PENDENTES	
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CONCLUSÃO	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.

Belém, 06 de março de 2026.

LARISSA COELHO BITTENCOURT
Coordenadora de Recursos Logísticos
Matrícula Funcional nº 5897766/4

Coordenadoria do Núcleo de Licitação
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-410 - Belém - Pará
E-mail: segupcpl@gmail.com



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº. 90007/2026 – SEGUP/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços sendo o objeto desta licitação a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições e especificações deste Termo de Referência – Anexo I do Edital, conforme relacionado abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitario	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
Lote 1						
01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 9.000 btus.	Und.	35	R\$	R\$	R\$
02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 12.000 btus.	Und	90	R\$	R\$	R\$
03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 18.000 btus.	Und	20	R\$	R\$	R\$
04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 24.000 btus.	Und	20	R\$	R\$	R\$
05	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 30.000 btus.	Und	10	R\$	R\$	R\$
06	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado tipo Split de 36.000 btus.	Und	10	R\$	R\$	R\$
07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 48.000 btus.	Und	10	R\$	R\$	R\$
08	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar condicionado, tipo Split de 60.000 btus.	Und	10	R\$	R\$	R\$
Valor total estimado					R\$	R\$



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Preço Total: R\$

Garantia, conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital

- I. No campo descrição da tabela acima deverá constar: Especificação e descrição detalhada do objeto a ser adquirido.
- II. Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogado;
- III. O fornecimento do objeto ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2026-SEGUP/PA;

Oferecemos garantia de qualidade e substituição do objeto, conforme especificações técnicas do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. 90007/2026-SEGUP/PA;

Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais;

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

CNPJ / CPF:

Razão social / nome:

Endereço com./res:

Município:

UF:

Inscrição municipal:

Inscrição estadual:

Conta corrente nº Cód. Do Banco:

Sigla:

Nome/Número da agência:

Contatos:

E-mail:

Nome do representante que assinará o contrato:

Cargo que ocupa:

Estado civil:

Identidade nº:

Cpf nº:

Nacionalidade:

Profissão:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Endereço residencial:

Contatos:

E-mail:

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, n.º XX, bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e do CPF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA
EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____,
_____, sediada (endereço completo)
_____, declara, sob as penas da Lei, que:

() Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;

() Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026.

(nome e número da identidade do declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SEGUP/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/SEGUP, E A EMPRESA XXXXXXXXXX, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

O ESTADO DO PARÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/SEGUP, com sede nesta cidade, Tv. do Chaco, nº 2271, Marco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.952/0001-01, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, **Sr. RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito sob a matrícula funcional nº 5977679/3, nomeado por Decreto Estadual publicado na pagina 5, do DOE nº 36.494, de 12 de Janeiro de 2026, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), cargo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 2026/2346380** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026 - SEGUP/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital;
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital do Pregão Eletrônico;
- 1.2.3.** A Proposta da Contratada;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026 - SEGUP/PA**, referente ao **Processo Eletrônico n.º 2026/2346380**, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); subsidiariamente a Lei n.º 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e na Portaria nº 074/2026 - GAB/SEGUP, de 12 de janeiro de 2026 (DOE nº 36.496, de 14 de janeiro de 2026), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

2.2. De acordo com a **Portaria nº 005/2026 - GAB/SEGUP, de 14 de janeiro de 2026 (DOE nº 36.497, de 15 de janeiro de 2026)**, o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa tem competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome desta Secretaria, como Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O presente Contrato terá seu prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do presente instrumento contratual, na forma disposta no art. 105, da Lei Federal nº 14.133/21;

3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme dispõe no art. 107 da Lei nº 14.133/21;

3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DESCRIÇÃO

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

4.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo;

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
LOTE 1					
01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado, tipo Split de 9.000 BTUS, conforme quantidade, condições e	35	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

	especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.				
02	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado tipo Split de 12.000 BTUS , conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	90	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
03	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado, tipo Split de 18.000 BTUS , conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	20	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
04	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado, tipo Split de 24.000 BTUS , conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	20	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
05	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado tipo Split de 30.000 BTUS , conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	10	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
06	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado tipo Split de 36.000 BTUS , conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	10	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado, tipo Split de 48.000 BTUS , conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	10	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

08	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de ar-condicionado, tipo Split de 60.000 BTUS, conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	10	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXXX
VALOR GLOBAL R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)					

4.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1. A execução dos serviços será iniciada no primeiro dia subsequente à assinatura do presente instrumento contratual;

5.1.1. Manutenção preventiva: tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento;

5.1.1.1. A manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente, de segunda a sexta feira, em até 05 (cinco) dias consecutivos contados da abertura do chamado formalizado por e-mail ou contato telefônico;

5.1.1.2. Os serviços de manutenção dos equipamentos compreendem a higienização completa do aparelho, incluindo: manutenção mecânica, elétrica e eletrônica de todas as peças e componentes inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;

- a)** Limpeza dos aparelhos com a retirada e lavagem das tampas e filtros de ar;
- b)** Limpeza do evaporador e do condensador através de escovação e retirada da sujidade;
- c)** Teste dos comandos elétricos, com ajuste e regulagem se necessário;
- d)** Regulagem e ajuste mecânico de todos os componentes;
- e)** Retirada de vazamentos;
- f)** Substituição, quando necessário, das espumas de vedação;
- g)** Retirada de vibrações e barulhos;
- h)** Conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento ótimo dos equipamentos;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

i) Manutenção dos dutos e de todo o sistema de drenagem da água de condensação;

j) Medição e registro da tensão, da corrente e da temperatura de insuflamento.

5.1.1.3. A Contratada efetuará, semestralmente, a retirada de cada um dos aparelhos para limpeza geral, através de lavagem com água e aplicação de produtos químicos para retirada de sujidade, desinfecção e aplicação de produtos antiferrugem, bem como, deverá ser feito os seguintes serviços;

a) Retirar o aparelho de ar-condicionado da sua caixa e fazer a higienização completa dele, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o transporte do aparelho até o local do serviço e a sua recolocação no lugar de origem;

b) Efetuar a limpeza e lubrificação das buchas do motor-ventilador;

c) Verificar a ocorrência de focos de ferrugem, e se afirmativo retirá-los e retocar a pintura do bem.

5.1.1.4. Além dos serviços acima, caberá à CONTRATADA a execução de outras ações recomendadas pela boa técnica, e pelos fabricantes dos produtos e equipamentos, de forma a atender à satisfatória manutenção;

5.1.2. Serviços de Manutenção Corretiva, com fornecimento de peças: consiste em consertar ou reparar aparelhos de ar-condicionado que não estejam em pleno funcionamento, incluindo neste serviço a substituição de peças/componentes que sofreram falhas ou desgastes. É o conjunto de serviços executados nos equipamentos que apresentam defeito em seu funcionamento, devendo estes reparos ser executados em caráter emergencial;

5.1.2.1. A manutenção corretiva consistirá no atendimento às solicitações do CONTRATANTE, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que algum aparelho de ar-condicionado apresentar algum tipo de defeito ou parar de funcionar, inclusive quando for detectada durante a manutenção preventiva a necessidade de recuperação ou substituição de peças com avarias, que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos mesmos constatada qualquer deficiência, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA para que essa realize o devido reparo:

5.1.2.2. O prazo para atendimento do chamado iniciará a partir de sua abertura, que será formalizado por e-mail ou contato telefônico;

5.1.2.3. A CONTRATADA deverá prestar os serviços em até 02 (duas) horas da abertura do chamado, a impossibilidade no atendimento desse prazo deverá ser comunicada à CONTRATANTE por escrito, contendo a disposição de motivos;

5.1.2.4. Quando o defeito for constatado pela CONTRATADA, esta deverá iniciar o reparo tão logo o defeito seja detectado, comunicando de imediato o problema à CONTRATANTE, por e-mail ou contato



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

telefônico, devendo realizar a manutenção corretiva de modo a reparar o equipamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.1.2.5. Caso os serviços de manutenção não possam ser executados nas dependências da CONTRATANTE, o procedimento de retirada será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive o ônus de transporte dos equipamentos para reparo em outro centro, e somente será efetuado após a assinatura do respectivo termo de responsabilidade, emitido pelo CONTRATANTE;

5.1.2.6. Todas as solicitações de manutenção corretiva deverão ser rigorosamente atendidas;

5.1.2.7. A CONTRATADA deverá emitir relatórios técnicos do serviço executado, atestado por profissional técnico qualificado e capacitado com formação em engenharia mecânica, técnico em refrigeração ou técnico em instalações e manutenção de ar-condicionado. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de toda e qualquer peça/componente cuja sua substituição se faça necessária para o perfeito funcionamento dos equipamentos;

5.1.2.8. Quando for necessária a substituição de peças ou componentes, a CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE com uma listagem das peças ou componentes necessários;

5.1.2.9. Caso seja necessária à troca de peças que não constam na relação de material de consumo e peças deste instrumento contratual, a CONTRADA deverá encaminhar 03 (três) orçamentos prévios como valor da peça, a CONTRATANTE poderá recusar o orçamento caso não esteja de acordo com o valor de mercado;

5.1.2.10. Todas as peças substituídas deverão ser apresentadas e entregues ao fiscal de contrato;

5.1.2.11. A CONTRATADA deverá apresentar orçamento prévio das peças a serem substituídas para a aprovação da fiscalização do CONTRATANTE;

5.1.2.12. Nenhuma peça ou produto constante do presente instrumento contratual poderá ser manufaturado, reconicionado, reciclado ou de segunda mão;

5.1.2.13. Todo o material deverá ser novo, de primeira linha, produzido por empresa especializada e legalmente estabelecida, e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem;

5.1.2.14. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica;

5.1.2.15. A CONTRATADA deverá fornecer todo material de consumo necessário à prestação dos serviços, além de outros necessários à execução, conforme listagem exemplificativa: Graxas; Estopas; Óleo lubrificante; Produtos químicos de limpeza; Álcool; Solventes; Material contra corrosão e para proteção antiferruginosa; Tintas; Pincéis; Lixas; Panos de limpeza; Oxigênio; Acetileno; Zarcão; Escovas de aço e nylon; Massa de vedação; Material de soldagem; Espuma de vedação; Fita isolante; Fita teflon; Fusíveis; Lâmpada-piloto e Gás refrigerante para reposição;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.1.2.16. A CONTRATADA deverá fornecer todas as peças a serem utilizadas na manutenção, além de outras necessárias à execução dos serviços, conforme listagem exemplificativa: Abraçadeiras; Acessório amortecedor de vedação; Bandeja do dreno; Base; Bucha; Cabo de alimentação elétrica; Capacitor de partida; Capacitor do motor; Capacitor do ventilador; Capilar; Chaves contactoras; Conjunto de válvula de alta pressão; Conjunto de válvula de baixa pressão; Conjunto de serpentina; Conjunto display; Controle remoto; Direcionador horizontal inferior; Direcionador horizontal superior; Display; Filtro de ar; Hélice plástica; Hélices; Mangueira do dreno; Motor de direcionamento do ar; Motor do ventilador; Palheta horizontal; Palheta vertical; Placa eletrônica; Placa receptora; Placas de cobre; Presilha para tubulação; Presilhas para cabos elétricos; Protetor térmico; Sensor ambiente; Sensor da serpentina; Serpentina; Serpentina do condensador; Serpentina do evaporador; Suporte da serpentina; Suporte de instalação; Suporte do controle remoto; Suporte do filtro desorizador; Suporte do motor; Suporte do motor do ventilador; Tampa frontal; Tampa lateral esquerda; Tampa plástica de serviço; Transformador; Tubo capilar; Turbina; Turbina do ventilador; Válvula da linha de descarga e Válvula da linha de líquido;

5.1.3. A prestação dos serviços deverá acontecer nos endereços listados abaixo:

5.1.3.1. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP: Trav. do Chaco, nº 2271, Marco, Belém;

5.1.3.2. Grupamento Aéreo de Segurança Pública – GRAESP: Aeroporto Internacional de Belém, Setor de Hangares Sul, Val de Cans, Belém/PA;

5.1.3.3. Grupamento Fluvial – GFLU: Rodovia Arthur Bernardes, nº 1000, Val de Cans, Belém/PA;

5.1.3.4. Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP: Rodovia BR 316, km 13, s/n, Marituba/PA;

5.1.3.5. Ouvidoria do SIEDS: Trav. Dr. Moraes, nº 565, Ed. Dr. Moraes Center, 4º andar – sala 405, Belém/PA;

5.1.3.6. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal –SIAC: Travessa 3 de Maio, nº 1953, São Braz, Belém/PA.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO OBJETO

6.1. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do serviço pela CONTRATANTE, período durante o qual a CONTRATADA deverá, às suas expensas, reparar ou refazer quaisquer falhas, vícios ou defeitos constatados, no prazo a ser fixado pela Administração, abrangendo todos os custos necessários, inclusive mão de obra, deslocamento e insumos;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

6.2. As peças, componentes e materiais empregados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da respectiva Nota Fiscal, ou prazo superior quando ofertado pelo fabricante, prevalecendo o mais vantajoso para a Administração, obrigando-se a CONTRATADA, durante esse período, à substituição ou reparo sem ônus de quaisquer itens que apresentem defeito de fabricação ou inadequação.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Não haverá exigência de garantia da execução contratual, conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Fica VEDADA a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento contratual, bem como, a cessão ou transferência total ou parcial, pela CONTRATADA.

PARAGRAFO ÚNICO – A fusão, cisão ou incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, desde que não afete a boa execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado à Contratada em **até 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura), devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato/Comissão de Recebimento, juntamente a apresentação das certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, do INSS e FGTS, em vigência;

10.2. O pagamento acima referenciado será creditado em favor do fornecedor, através de ordem bancária, em conta corrente aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

10.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a)** Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b)** Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c)** Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

10.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

critério da CONTRATANTE.

10.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal de serviço ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.6. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

10.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;

10.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;

10.10. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;

10.11. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;

10.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a Contratada poderá emitir a nota fiscal referente à parcela incontroversa, para pagamento;

10.13. Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;

10.14. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

10.15. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;

10.16. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;

10.17. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;

10.18. A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.

10.19. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.20. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Coordenadoria do Núcleo de Licitação
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-410 - Belém - Pará
E-mail: segupcpl@gmail.com

55



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

11.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

12.1. Será admitido o requerimento de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo a CONTRATANTE decidir a respeito no prazo de um mês, passível de prorrogação motivada por igual período, consoante teor do art. 123, p. único, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, as seguintes obrigações:

13.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente instrumento contratual, Edital e seus anexos;

13.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços com as especificações constantes deste contrato, do Edital seus anexos e da Proposta de preços da CONTRATADA, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços, para que sejam substituído, reparado ou corrigido;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de Comissão/servidor especialmente designado com esta finalidade;

13.1.5. Efetuar o pagamento do preço ajustado, na forma, prazos e condições previstas neste instrumento contratual;

13.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.1.7. Permitir acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, a dependências da Contratante e a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas relativas à prestação dos serviços;

13.1.8. Acionar a CONTRATADA para realização dos serviços;

13.1.9. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

13.1.10. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado.

Coordenadoria do Núcleo de Licitação
Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-410 - Belém - Pará
E-mail: segupcpl@gmail.com

56



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

13.1.11. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

13.1.12. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe;

13.1.13 Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

13.1.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

13.1.15. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.1.1. Executar os serviços conforme especificações, prazo e locais indicados no presente instrumento contratual, necessários ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer mão de obra qualificada e especializada, utilizando equipamentos, acessórios, softwares, materiais, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas;

14.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.1.3. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços constantes do objeto, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-alimentação, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

14.1.4. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento, devidamente aprovado pela Comissão de Fiscalização;

14.1.5. Prestar pronto atendimento às ordens de serviços autorizadas pela Comissão de Fiscalização;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 14.1.6.** Informar previamente qualquer alteração no quadro técnico de funcionários indicados;
- 14.1.7.** Submeter os serviços executados à aprovação da Comissão de Fiscalização, assim que finalizados;
- 14.1.8.** Prestar todas as informações suplementares, para cada serviço, necessárias à aprovação da Comissão de Fiscalização;
- 14.1.9.** Manter os funcionários devidamente uniformizados e identificados quando em serviço;
- 14.1.10.** Responder pelos danos causados diretamente aos bens de propriedade da Contratante, por sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Comissão de Fiscalização;
- 14.1.11.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa e comprovação;
- 14.1.12.** Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente;
- 14.1.13.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 14.1.13.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;
- 14.1.14.** Arcar civil e criminalmente por todo e qualquer dano ou prejuízo que cause à administração, por ação ou omissão, em decorrência da execução ou da inexecução dos serviços, objeto deste termo de referência, não cabendo à administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos ou prejuízos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes deste;
- 14.1.15.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 14.1.16.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 14.1.17.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente instrumento contratual;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

14.1.18. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com as operações da Secretária de Segurança Pública do Estado do Pará, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;

14.1.19. Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto contratado;

14.1.20. Fornecer à CONTRATANTE endereço de correio eletrônico, número de telefone móvel e fixo, bem como o(s) nome(s) de pessoa(s) autorizada(s) para contatos e em condições de se manter comunicação em qualquer hora;

14.1.21. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, de acordo com o a Lei nº 14.133/2021;

14.1.22. É responsabilidade da CONTRATADA oferecer e garantir o uso de itens, equipamentos, procedimentos e materiais para segurança do trabalho dos seus funcionários quando em serviço, bem como assegurar que todos os funcionários possuam capacitação quanto à segurança do trabalho adequada às suas tarefas;

14.1.23. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.1.24. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações;

14.1.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21;

14.1.26. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

14.1.26.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

14.1.26.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

14.1.26.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

14.1.26.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

14.1.26.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

13.1.26. Promover a guarda, manutenção e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

14.1.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

14.1.28. Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere;

14.1.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.1.30. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, consoante o disposto no art. 116, da Lei nº 14.133/21;

14.1.31. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único. da Lei nº 14.133/21;

14.1.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133/21;

14.1.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

d) Multa:

- d.1)** Multa moratória de 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso injustificado sobre o valor financeira da parcela inadimplida, até o limite de 3% (três por cento) de atraso injustificado sobre o valor financeiro da parcela inadimplida;
- d.2)** Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d.3)** Na hipótese de rescisão contratual, por culpa exclusiva da CONTRATADA, o CONTRATANTE aplicará multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor anual estimado do Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.
- d.4)** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem d.1, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

16.3. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA;

16.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

16.6. O processamento do processo administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, o Estado do Pará ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o art. 419, da Lei Federal nº 10.406/2002 ou executar o seguro garantia;

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração Pública, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais cadastros;

16.10. A sanção estabelecida na alínea “c” será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

16.10.1. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

16.10.2. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

16.11. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE;

16.12. Na aplicação da sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

16.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/21 (Impedimento de licitar e contratar e inidoneidade) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

16.13.1. Demais detalhes quanto ao procedimento para aplicação das sanções prevista nesta cláusula deverão observar as instruções do Edital e seus anexos;

16.15.14. O atraso injustificado da prestação dos serviços, conforme prazo estipulado no presente instrumento, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei Federal n.º 14.133/21;

16.16. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;

16.17. A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21;

16.18. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

16.19. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.20. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21);



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

16.21. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

16.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

16.23. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3. Indenizações e multas.

17.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/21).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da CONTRATANTE, como a seguir especificado:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fonte XXXXXXXXXXXXXXXX

Natureza XXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

19.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme **Parecer Jurídico N° XXX/2026-CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

20.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

20.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;

20.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme versa a legislação vigente.

20.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

20.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.6. As comunicações Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

20.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

20.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

20.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

20.10. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

20.11. A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os serviços executados não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

22.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

22.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

23.2. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias, pelos representantes e testemunhas a seguir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1. É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2346380

Anexo/Sequencial: 60

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Renan Henrique Nabor de Oliveira,

CPF: ***.398.372-**

Em: 03/06/2026 14:38:46

Aut. Assinatura: ab4d9133239cdabab2b481efba4c12f4c70e862241c6ca551d071df5a010ab44



Identificador de autenticação: 9f140c0b-d0f1-4f37-9c3f-096211b60e9c

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>